

O Pelouro da Cultura nas Câmaras da Região do Norte

Oito notas conclusivas dum inquérito por questionário

José Maria Cabral Ferreira*

A diferença observável relativamente à qualidade e quantidade de realização de actividades culturais não é linear e não se pode definir por uma divisória geográfica ainda que a interioridade afecta por junto todas as capacidades e actividades, e as culturais não se eximem a tal lei. Mas não é um absoluto. O olhar que se aproxima da realidade vê que as diferenças dependem dum investimento feito nos meios humanos e nos adequados conceitos e critérios da sua escolha e sua creditação, mais do que do mero quantitativo financeiro afectado. Esta a conclusão mais sentida quanto a este ponto: a relação muito próxima e muito estreita entre as pessoas escolhidas para esta área e a adequação e qualidade do trabalho.

Entre 94 e 97 levou a CCRN a cabo um estudo que pretendia inicialmente analisar o sector da cultura nas câmaras municipais da Região do Norte: o que é, o que faz, o que diz de si, mas que teve de restringir-se a um inquérito, por questionário e entrevista, aos responsáveis pelo pelouro da cultura das mesmas câmaras. Foram realizadas entrevistas nas setenta e cinco Câmaras Municipais da região Norte, excluindo-se, portanto, as nove Câmaras Municipais da Área Metropolitana do Porto, onde estava a decorrer um estudo semelhante.

Os resultados desse inquérito constam dum relatório mais extenso publicado em 1998 pela CCRN: “O Sector da Cultura: práticas e política nos municípios da Região do Norte - versão provisória”.

Com base nesse texto se fez um resumo com o mesmo título, acrescentado finalmente dumas conclusões que passariam por uma análise crítica das câmaras que se interessaram pelo processo.

São essas mesmas conclusões, que mais modestamente preferimos intitular “notas conclusivas”, as que aqui vêm também publicadas, acrescentadas, no fim do modelo de questionário e das estatísticas que serviriam de base a uma parte da análise.

A cultura: afirmação do sector

A primeira conclusão que tirámos, deste longo processo de encontro com o pelouro da cultura das 75 Câmaras municipais que visitámos e entrevistámos, é a progressiva afirmação da cultura, como recurso e como tarefa.

Em muitos casos (e câmaras) ainda é um processo embrionário, por vezes ditado pela lei ou pela imitação; noutros é a descoberta duma nova ocupação para o dinheiro - o tempo livre de uns oferecendo trabalho, amador ou profissional, a outros.

Mas em muitos lugares e muitos responsáveis encontrámos a consciência clara - ante a realidade mesma do mundo actual - de que os homens não vivem sem motivos, sem esperança, sem sonhos, e que tudo isto tem parentesco muito estreito, mesmo que, por vezes indefinido, com o mundo dito da “cultura”, precisamente naquilo que tem de diverso dum mundo em que tudo se mede pelo valor económico: a gratuidade.

* em colaboração com Marília Vieira e José Portugal - CCRN, Divisão dos Sectores Sociais da Direcção Regional de Planeamento e Desenvolvimento.

Pode constatar-se a frequente inadequação entre esta percepção e os modos de a cumprir. Pode até tingir-se das levianas cores da hipocrisia, última homenagem do vício à virtude: venera-se a cultura por imitação ou moda. Também disto encontrámos. Mas o tom geral e a prática não é por aí que vão; vinte anos de poder local contabilizam, entre outros muitos ganhos, este: a “cultura” entrou definitivamente a fazer parte das preocupações dos munícipes e dos que pelos mesmos foram eleitos para gerir o espaço e o bem comuns.

Importa por isso que tome, finalmente, lugar à mesa do planeamento.

Estatuto e funções

Em 1984 foi publicada a lei orgânica das autarquias (116/84); nela se sanciona a cultura como actividade e pelouro constituinte da actividade municipal e da sua estrutura de governo.

A lei é igual para todos. Mas o estabelecimento e exercício prático da mesma mostra uma enorme diversidade de situações político-administrativas.

O estatuto mais corrente é o de um pelouro regido por um vereador que quase sempre acumula esta com outras áreas como turismo, desporto e recreio, educação, por vezes saúde, ou ainda obras, trânsito ... Não é raro o Presidente chamar a si esta função (21 casos, no inquérito) e acontece também não haver distribuição de pelouros.

Quer dizer: na grande maioria dos casos o encargo da cultura recai sobre um homem (ou mulher: 7 casos em 75) superocupado. Se houver de sacrificar uma parte do trabalho é pela rubrica mais “fraca” que se rompe o círculo; pelo que se “considera menos urgente”. A verdade é que a cultura é, com muita frequência, esse elo fraco, por ser vista como actividade supletiva: pode, em rigor, viver-se até sem ela! Esta perspectiva afecta naturalmente e muito sensivelmente o estatuto real da “cultura” e dos seus encarregados, o seu perfil e atribuições.

Podemos sintetizar, simplificando, em dois grandes tipos de encarregados: os que por interesse formação, predisposição e antecedentes, têm relações antigas com a cultura, e por isso vieram para este lugar; os que individualmente ou integrando um elenco vieram ao ofício político e uma vez nele foi-lhes atribuído, tantas vezes num pacote de múltiplos encargos, também o da cultura.

Não foi difícil verificar quanto estas diferenças afectam a concepção e tratamento - em quantidade e qualidade - das coisas culturais.

O que faz este pelouro?

Impressiona aqui também a variedade de situações nas Câmaras da Região relativamente à qualidade e quantidade das realizações. Variedade que vai da quase inexistência ou inoperância - do pelouro, dos agentes, das práticas - até uma posição de considerada importância no quadro municipal e suas actividades.

Esta diferença não é linear e não se pode definir por uma divisória geográfica ainda que a interioridade afecta por junto todas as capacidades e actividades, e as culturais não se eximem a tal lei. Mas não é um absoluto. O olhar que se aproxima da realidade vê que as diferenças dependem dum investimento feito nos meios humanos e nos adequados conceitos e critérios da sua escolha e sua creditação, mais do que do mero quantitativo financeiro afectado. Esta a conclusão mais sentida quanto a este ponto: a relação muito próxima e muito estreita entre as pessoas escolhidas para esta área e a adequação e qualidade do trabalho.

Esta condição ressalta quando se constata a importância que tem, quanto às práticas culturais, o triângulo constituído por Câmaras - Escolas - Associações. Importância sempre maior, à medida que se sai das cidades do litoral.

Se as Câmaras são o maior e mais importante agente cultural, o aludido triângulo contém em si não apenas a quase totalidade das manifestações organizadas de práticas culturais não domésticas, no espaço concelhio, mas constitui a base potencial de todo o desenvolvimento cultural nesta Região. Uma análise aprofundada desta questão deverá centrar-se neste tríplice campo e nas relações entre eles.

Neste estudo limitámo-nos àquilo que as Câmaras “fazem”; e uma impressão domina desde o início e se vai confirmando: uma diversidade interessante nas actuações; uma dispersão na escolha; uma insuficiência de ideias, que em muitos casos é ausência de objectivos a prazo: “Faz-se cultura” - mas não se pode falar (nesses muitos casos) de uma política cultural.

É aqui que a escolha das pessoas e a definição do seu estatuto no âmbito da acção camarária parecem ter influência decisiva nos resultados conseguidos.

A Câmara - e as Câmaras

As realizações de muitas Câmaras são deveras surpreendentes, pela quantidade e pela qualidade.

Acrescentamos agora que essa surpresa será em muitos casos, a que essas mesmas Câmaras sentirão, mas em relação às outras, no dia em que se derem conta dessa riqueza e das vantagens, de todo o género, em se conhecerem e associarem para a realização de verdadeiros programas de política cultural. Porque podemos constatar que a maioria das Câmaras desconhecem (por vezes totalmente, a menos que o calem) o que fazem os vizinhos.

Esta situação é particularmente perceptível - e corrigível - no campo dos espectáculos, sejam estas obra de recursos e artistas locais, seja de artistas exteriores. Se não é fácil nem possível, nem eventualmente desejável, que tudo o que se faz ou que visite um lugar há-de necessariamente visitar os vizinhos, contudo há um conjunto importante de práticas culturais que merecem, dadas as vantagens evidentes, ser objecto de organização conjunta de parcerias de todo o tipo e feito.

Isto sobretudo quanto à “importação” de acontecimentos. Mas o mesmo se deve procurar, ajustadas as circunstâncias, a muitas produções locais, que não se vêem devidamente divulgadas e apreciadas, pelo sistemático desinteresse pelo que é próximo e a sistemática valorização do que é estranho e estrangeiro.

São muitos os campos da actividade cultural das Câmaras que podem beneficiar duma abertura mútua e duma troca de experiências. Adiante o referiremos.

O grande capital, a necessidade básica...

... São as pessoas! Este é o corolário insofismável do que vínhamos dizendo, como uma das conclusões do inquérito. As diferenças mais notórias, quanto à situação do “lazer cultural”, entre umas Câmaras e outras, tem aqui a sua raiz: na judiciosa escolha das pessoas. A escolha de alguém capaz de formular e pôr em prática uma verdadeira política para a cultura, na perspectiva exacta do lugar em que se está. E não uma escolha determinada preponderantemente por outros critérios.

Daí a importância de reflectir sobre o já referido dualismo na escolha dos encarregados: os que vêm à profissão política autárquica - na área da cultura - porque já antes “andavam nessa área”. E os que lhes cai em tarefa a cultura, na distribuição das responsabilidades políticas dum determinado elenco.

Lembre-se a resposta dos entrevistados acerca da importância que é atribuída pela Câmara (é eufemismo não dizer “pelo Presidente”) à cultura, como tarefa autárquica: dois terços - correspondentes precisamente aqueles que não são presidentes - dizem que (essa importância) “é pouca ou nula”. (v. questão 13). Os que a exaltam - um terço - são Presidentes ou seus oficiais.

Se esta perspectiva corresponde à realidade, então pode pensar-se que onde este trabalho não é considerado importante, a é porque escolha da pessoa e meios para o levar a cabo poderá não receber toda a atenção e cuidados que habitualmente se tem, por algo que se reputa deveras importante.

Essa é a opinião de muitos entrevistados; essa a impressão conclusiva. Eis uma questão merecedora de avaliação. Tanto mais quanto nos anos que se avizinham será este, certamente, um dos sectores que vai requerer - e admitir - mais pessoal. Convirá que seja seleccionado.

Vem aqui a propósito uma outra questão importante, que o inquérito esclarece: a preocupação com o equipamento, traduzida numa reivindicação instantânea de ajudas para tal desiderato, do qual se faz depender, com frequência, a intervenção ou não no sector da “cultura”.

E o certo é que muitas Câmaras empenham em “equipamento” quase toda a parcela do orçamento dedicado à “cultura”.

Ouvia-se dizer: “não é possível destinar a cultura o que tanto falta em necessidades básicas”.

Hoje é crescente o gasto na rubrica “cultura”: sinal de que tais necessidades vão sendo satisfeitas. Mas com frequência, para um regresso ao cimento, ao basismo cultural: os edifícios.

Não se negam as carências; há muitas Câmaras que dizem não ser proprietárias, nem sequer usufrutuárias regulares, de qualquer equipamento (carência particularmente sensível em todo o interior) - e tal raridade é responsabilizada pela raridade de acção e acontecimentos culturais (“... enquanto não tivermos um auditório ... um cineteatro ... um museu ...”)

Noutros concelhos, porém, uma outra concepção, uma outra atitude, um outro tipo de agente consegue aproveitar os espaços disponíveis - uma igreja, um salão, uma praça - e ali se realizam regularmente interessantes programas culturais.

Parece pois, em conclusão, que há que relativizar a questão do equipamento: ele é certamente indispensável, nomeadamente para certas actividades e certos níveis de execução a que temos desde já de aspirar - e obter. Mas não é um absoluto - e importa sublinhar de novo que o grande investimento e o grande capital está na gente - com gente adequada e imaginação criadora e autarcas convencidos disto e colaboradores, consegue-se bem mais do que com um estupendo equipamento e autarcas distraídos.

Há necessidade de adequar com rigor qualquer proposta de equipamento à realidade local - presente e sobretudo futura - quanto ao número de frequentadores e praticantes. O inquérito mostrou excelentes exemplos desta previsão - e também alguns da contrária (condenados a utilização raríssima e envelhecimento precoce).

Mas o outro capital também...

A cultura custa dinheiro mas paga-o bem; só que uma grande parte desse retorno vem em espécie, vem em benefícios de saúde humana e cidadania, para os seus clientes. Este um dos pilares de avaliação da cultura mas ainda tão pouco cotado nas considerações e práticas gerais das autarquias. Que por isso se mostram reticentes (em muitos casos avaras) quanto a dotação financeira da cultura.

A informação disponível no-lo demonstra, embora devamos partir para este breve apontamento conclusivo com fortes cautelas, quanto ao valor e fiabilidade da informação compulsada. E daqui a necessidade urgente de afinar os instrumentos de recolha juntos das autarquias.

Não faz sentido continuar com um processo cujos resultados dizem não poucas Câmaras serem enganosos e até difamatórios, sendo objecto de controversia em quase todas as reuniões havidas com as Câmaras para apresentação e avaliação dos resultados do Inquérito. Só que os elementos estatísticos que suportam os resultados discutidos são fornecidos pelas mesmas Câmaras.

Tudo aponta, pois, para a necessidade de reestruturação organizativa exigindo dos serviços um rigor e uma homogeneidade de instrumentos e medidas que até aqui falta em não poucas Câmaras.

Aliás aproveita-se para estender esta solicitação a um âmbito mais alargado da estrutura organizativa relativa à cultura. Por exemplo, foram tantos os casos em que não conseguimos saber com rigor e veracidade quantas pessoas trabalham para este sector, quanto tempo, com que formação, que não foi possível apresentar uma resposta global a esta questão.

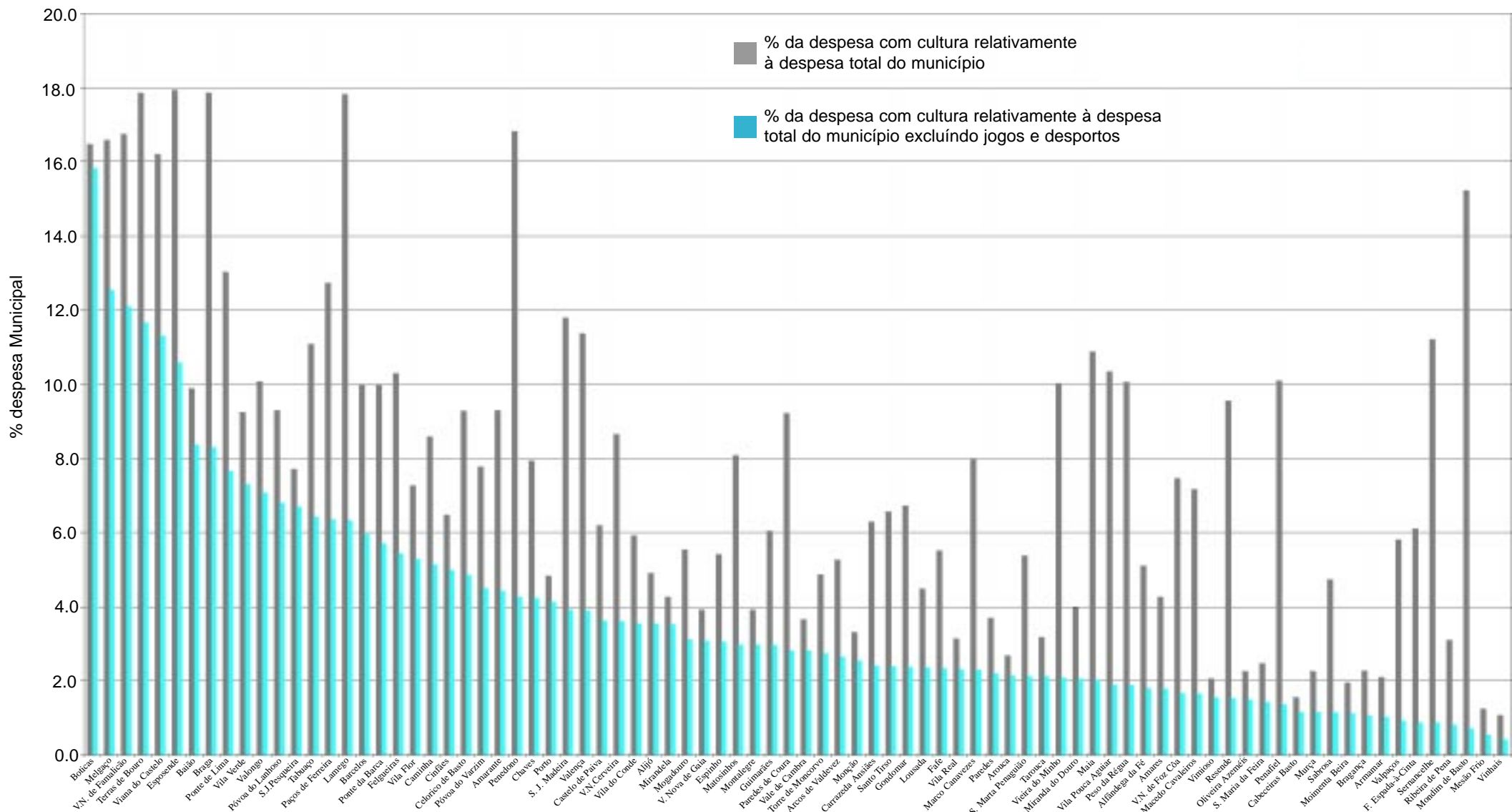
Eis então como se apresentam alguns indicadores:

- As despesas dos municípios da Região do Norte em Cultura foram, para os três anos de 92-93-94, respectivamente: 11,6-12,8-12,8 milhões de contos, que corresponde em valor percentual das Despesas Totais dos Municípios a 7,5%-7,9%-7,5%.
- Há Municípios que não chegam a atribuir 1% do seu orçamento a cultura (14-11-8 Municípios para cada um dos três anos).
- As capitações municipais - as despesas por habitante - mostram-nos um mapa cheio de desequilíbrios, entre sub-regiões ou NUT's, e agravado, entre concelhos. Destacam-se positivamente Minho-Lima e Cávado; negativamente o Entre-Douro-e-Vouga, única região onde as Câmaras globalmente, não chegam a atribuir à cultura a soma de 1 conto por habitante/por ano, no triénio considerado

Mas descendo ao nível dos Municípios: há-os que não gastam cem escudos por ano e por habitante. E no Douro 17 concelhos partilham um gasto anual médio de 5\$00 (cinco escudos!) por habitante/ano em cultura. Isto, segundo os dados oficiais.

- Por sectores de actividade verificamos que do orçamento para cultura, relativamente aos três anos e para a Região do Norte:
- quase metade vai para "Jogos e Desportos" (ver o quadro anexo);
- um quarto para "Animação Cultural";
- um décimo para "Património Cultural";
- sobram 7,2% para "Recintos Culturais";
- e 8,8% para "Outras Despesas".
- Hierarquizando as "actividades culturais" segundo a ordem de grandeza do financiamento pelas autarquias:
- Jogos e Desportos recebem mais de cinco milhões de contos/ano, nos quatro anos 92-95;

Estrutura das Despesas com Cultura de 1992 a 1994



- No escalão entre três e quatro milhões situa-se Animação Cultural (dividindo um a dois milhões de contos/ano para Património Cultural e outro tanto para Publicações Literárias);
- As demais rubricas de Animação Cultural (Música, Artes Cénicas, Artes Plásticas...) todas se situam abaixo do milhão de contos/ano para toda a Região; algumas (Artes Cénicas, Plásticas, Fotografia...) abaixo dos duzentos mil contos/ano;
- Uma medida consequente se impõe: a clarificação rigorosa do parentesco da rubrica (e da prática subjacente) “Jogos e Desportos” com a rubrica “Cultura”.

Concluindo: da análise combinada mais aprofundada dos resultados do inquérito e desta informação sobre despesas municipais em cultura, parece tirar-se mais algum esclarecimento acerca da situação da cultura na política das Câmaras.

Permita-se-nos a insistência: gasta-se dinheiro no que se considera importante; se não se gasta em cultura é porque não é (considerada) importante. E tais parecem, para muitos, os gastos em cultura.

A impressão final é de que o itinerário das despesas culturais em muitas Câmaras reproduz a atitude global das mesmas Câmaras, quanto a este aspecto, que é a de não ter uma definição precisa do que se pretende com cultura, daí a ausência duma política, substituída por actuações de ocasião.

Sublinhe-se contudo que já muitas Câmaras dão mostras duma outra concepção e consequentemente duma actuação muito própria e deveras contribuinte para um desenvolvimento, que ao sector da cultura vai buscar inspiração e valores, bem como emprego e riqueza.

Ainda não é, porém, a norma generalizada. E nota-se, sobretudo, como ficou relevado nas conclusões relativas ao Inquérito, um desperdício de esforços, de realizações e de recursos, devido à pouca comunicação e intercâmbio entre as Câmaras.

Desenvolvimento e cultura

Uma constatação se impôs, neste inquérito: a relação - ou correlação positiva - entre actividade cultural e desenvolvimento local.

Isto é: encontrámos desenvolvimento global ali onde também era visível, desde há muito um empenho sensível e plurifacetado nas actividades culturais. Isto é, a “cultura” não é a flor com que se adorna, como último gesto, uma mesa farta; ela está na génese das atitudes e aprendizagens que condicionam e orientam o desenvolvimento global.

Um exemplo o explica: hoje não há cidade e vila que não exalte as suas belezas e as suas capacidades turísticas. A diferença aparatosa está em que umas, desde o início, valorizaram o sentido cultural de desenvolvimento - outras oferecem agora, como por catálogo, umas peças de reportório modernizante e uns restauros isolados de uma praça ou dum assombrado palacete duvidoso; que o resto da paisagem urbana, Deus lhe acuda.

Esta última situação relaciona-se com uma atitude “dualista”, relativamente ao universo da “cultura” e à organização e gestão do seu pelouro. Podemos sintetizá-lo numa frase ouvida com alguma frequência: “Não é possível a cultura antes de satisfeitas necessidades básicas”.

Não se critica a reserva em gastar milhões na visita dum artista, mais ou menos cotado, ali onde faltam água, luz, saneamento. Mas o que se vai tornando claro é que a sistemática separação e desconexão entre economia e cultura, entre necessidades e valores, faz com que sempre a cultura e os valores venham relegados para um amanhã onde jamais chegarão a ter lugar. E algo mais se deve ponderar: é que tão pouco a economia se aguenta e as “necessidades básicas” se satisfazem, se buscadas como fim em si, e se à “cultura” atribuirmos um papel que é o de ser ópio dos intelectuais - de que “o povo” não precisa, e por isso se adia indefinidamente. É o que sucede quando “cultura” se toma como actividade só possível quando se é rico, quando se tem “tudo”: cultura é da ordem do supérfluo.

Estas considerações técnicas parecem-nos importantes para interpretar e apreciar as respostas recebidas no inquérito e endereça-las a uma boa prática (... nada mais prático que uma boa teoria). Dum modo geral ainda é bastante ténue a relação estabelecida, nas actividades de muitas Câmaras, entre cultura e desenvolvimento, a não ser pela

referida via utilitária: cultura como recurso capaz de gerar fluxos financeiros. O turismo aparece como primeira evidência desta atitude. Nada há a opôr ao aproveitamento "turístico" dos recursos culturais; mas opomo-nos a duas coisas: um descuido ou desprezo do valor desses recursos por si mesmos (como valores); uma utilização meramente económica que além de menosprezatória quase sempre é predatória: usa, abusa e deixa cair quando já não serve. Isto é tanto mais arriscado quanto o turismo é actividade volúvel, seguidora de modas e prestígios, por isso com variações grandes e rápidas, e bastante aleatórias. Daí a importância do turismo interno e o cuidado muito peculiar que ele exige quanto ao património e seu uso.

Porque esse é um dos caminhos para criarmos verdadeiros consumidores culturais - ou, na alternativa, apenas consumidores de bens materiais. O que está em jogo é então a cidadania, expressão e termo para que tende o desenvolvimento.

Objectos, objectivos, política

Se o grande capital a lograr para a "cultura" são pessoas capazes, as grandes realizações são filhas duma política.

Uma das lacunas sérias e mais generalizadas que o inquérito mostra ou confirma é esta: a falta duma atitude política, para a cultura. Sendo certo que esta dificilmente existirá se também não houver uma verdadeira formulação política para o campo global de intervenção.

A verdade é que a maior parte das Câmaras tem desenhado para a cultura um programa - mas este não é um programa político, não se integra numa estratégia que vem a ser prosseguida ou que se propõe orientar, no futuro, os destinos e objectivos com que este sector se integra na estrutura política global. É normalmente uma lista de objectos, em busca de investimentos orientados para coisas: equipamento material (mas descurando a capacidade técnica, a formação) os espaços (descurando a sua judiciosa utilização efectiva, a procura real ou desejada do que tal espaço possibilita) os eventos (e muito raramente a capacidade de os criar, a formação de animadores e criadores), algum serviço (... mas sem cuidar nem prever os meios de o manter).

Daí o contraste verificado: concelhos onde existem espaços, equipamento, a materialidade de algum serviço, de algum acontecimento (musical, plástico, ...) e contudo a vida cultural estagna;

concelhos em que as carências são muitas (de recursos materiais) e contudo há uma vida cultural interessante e sustentada, mediante o recurso a instrumentos subsidiários (uma Igreja em vez dum auditório, dum quartel em vez duma galeria...) e sobretudo a pessoas capazes de conceber um programa, os objectivos globais que por ele se visam, os meios que lhes podem dar corpo (materiais ou imateriais, duradouros ou eventuais), os objectos concretos ou elos duma cadeia ou projecto.

É isto que se nota já em alguns concelhos que, concretizaram em algumas áreas específicas, todo um conjunto de realizações convergentes que hoje definem um rosto, um carácter e um reclamo chamativo, que mobiliza encontros, intercâmbios, capitais financeiros e outros.

Este ponto é nevrálgico para o futuro. E nele uma palavra importante caberá por força às instituições nacionais, regionalizadas ou não. Até aqui o seu papel tem sido extremamente pobre, desequilibrado no tempo e no espaço, errático como as próprias instituições, quanto ao seu estatuto, presença no território, constituição, papel, meios de que dispõem. De tão magro exemplo das instituições nacionais de tutela não pode, naturalmente, esperar-se promoção e aprendizagem dum pensamento e duma prática estratégica.

Cremos que esta consciência vai fazendo caminho por toda a Região; pelo que parece chegado o momento e propícia a ocasião, para uma acção prolongada e profunda neste sentido, que, estamos certos, aproveitará e valorizará muito mais e melhor os recursos disponíveis, com custos proporcionalmente menores.

Esta é questão crucial que o Estado não pode enjeitar. Não lhe compete formatar as cabeças dos cidadãos; mas não pode alhear-se - nem na prática se alheia: se não pela acção será pela abstenção, vizinha da conivência - da formulação dum programa que terá sempre subjacente um verdadeiro discurso sobre os valores, como objectivo político: a "cultura" é o campo por excelência, junto com a educação, onde na prática sempre se pronuncia o tipo de homem, o tipo de cidadão que visamos. Ou que deixamos que outros visem por nós.

Questão que não é neutra e se situa no centro da responsabilidade política, e que constitui também o âmago da questão cultural.

QUESTIONÁRIO**Caracterização do entrevistado**

1. Homem ou Mulher.
2. Classe etária e Naturalidade.
3. Habilitações.
4. Anteriormente a esta ocupação qual a sua ocupação dominante (que considerava a sua profissão)?
5. Porque veio para este lugar? Que razões ou aspirações o levaram a aceitar?
6. Fez alguma formação específica (mormente relacionada com este trabalho)?

Vínculo e situação na Câmara Municipal:

7. Presidente
 Vereador a tempo inteiro
 Vereador a tempo parcial
 Outra situação, qual?

O concelho, como o vê, em geral:

8. Pode-se falar dum carácter próprio, dum identidade cultural?
 Sim - Não
 Se sim, que a definiria?
 Esse carácter é específico: do concelho, dum região maior e qual?
9. Quais os problemas principais?
 E quais as potencialidades?
10. Quais os projectos gerais que consideraria de maior importância para o concelho?
11. a) O sector da cultura, nesta C.M., é:
 - atribuição do Presidente que dele se ocupa directamente
 - atribuição do Presidente que delega num assessor ou afim
 - atribuição dum vereador, encarregado dum pelouro com vários sectores
 - atribuição dum vereador, com pelouro autónomo
 b) Quem é o responsável directo do trabalho específico da cultura
12. Pessoal afecto ao sector da Cultura - quantitativos (visa-se quem trabalha especificamente - no sector da cultura e não genericamente no pelouro que o abarca).
 - a) Qualificações - técnicos superiores, técnicos, tecnico-profissionais, outros, total
 Tempo de ocupação - tempo inteiro, meio tempo, contributos ocasionais
 - b) o pessoal afecto é suficiente (em quantidade)?
 - c) o pessoal afecto adequado às tarefas (qualidade)?
13. Na sua opinião o trabalho na área da cultura é olhado pelos órgãos e autoridades autárquicas, em geral como:
 - muito importante
 - importante
 - pouco importante
 - nada (ou quase) importante

14. Entre o sector da cultura e os outros sectores ou pelouros da Câmara a interacção ou colaboração é:
- intensa
 - moderada
 - reduzida
 - nula ou quase
15. Com que sectores, concretamente, tem mais cooperação:
- turismo?
 - desporto?
 - educação?
 - outros, quais?
16. Relativamente às escolas do concelho o pelouro (ou sector) da cultura tem com elas colaboração:
- regular
 - ocasional
 - pouca ou nula
- Se tem, com quais? Primárias, secundárias, complementares
Que tipo de actividades?
17. Ainda relativamente às escolas, a C.M.:
- a) Tem informação sobre os níveis de aproveitamento dos alunos? Sim? não?
 - b) Relativamente ao último ano o grau de aproveitamento foi: bom? regular? medíocre? mau?
 - c) Há caso de abandono escolar? Sim - Não - comentários

Actividades do pelouro ou departamento

18. a) Quais então os campos de actividade e realizações a que o sector ou departamento dedica a sua atenção
- b) São estes os que considera mais importantes ou há outros que deveriam ser prioritários?
- c) Desses acontecimentos culturais que parte (%) ou quais eram de criação ou produção local?
19. a) Nos últimos 3, 4 anos a “vida cultural” (isto é a realização de acontecimentos culturais no concelho):
- intensificou-se
 - estabilizou
 - diminuiu
- b) A frequência de participantes (espectadores e intervenientes) parece-lhe ter registado:
- aumento grande
 - aumento razoável
 - estabilidade
 - diminuição pequena
 - diminuição grande
20. Se tivesse de referir as duas (máximo três) manifestações ou acontecimentos culturais mais valiosos do concelho (independentemente de quem promove ou das verbas a dispender) quais seriam?

Participação das associações

21. Associações com actividades culturais no concelho caracterizam-se, em termos gerais, por actividade:
- intensa
 - razoável
 - relativamente fraca
 - nula ou quase
22. De todas as associações do concelho poderia distinguir duas ou três, pelo seu dinamismo ou realizações?

Falando um pouco de financiamento

23. ... E ainda das associações: a C.M. financia-as? Sim? Não?
Quais os critérios, se os há, definidos e regulares?

24. Além dos subsídios há outros incentivos ou apoios atribuídos pela C.M. para os agentes e as práticas culturais? Quais?
25. É possível indicar que parte do orçamento da C.M. vai para a cultura e actividades afins?
26. O concelho tem recebido contributos da C.E. para este mesmo tipo de finalidades?
Se sim quem recebeu foi:
C.M., para que fins?
Outros, para que fins?
27. Para as actividades que promove a C.M. dispõe de equipamento:
- próprio, qual?
- cedido regularmente, qual?
- cedido ocasionalmente, qual?
28. Há alguma carência marcante em matéria de equipamento?
29. Relativamente a tais carências há alguma(s):
- a ponto de ser satisfeita?
qual(is)?
- em projecto?
qual(is)?
- em deliberação ou intenção?
qual(is)?

Intercâmbios

A Câmara tem intercâmbios regulares ou ocasionais com entidades similares?

30. a) Autarquias Municipais - Outras Instituições
Distrito/Região Norte/País/Galiza/Castela Leão/Outras Regiões Europeias
b) Quais os intercâmbios mais intensos e fecundos?

Sobre a cultura e o desenvolvimento

31. Quais os contributos específicos que o sector da cultura tem dado para o desenvolvimento do concelho?
32. a) Há actividades culturais (novas) que tenham valor económico? Quais?
b) Essas actividades tem criado postos de trabalho?
33. O pelouro da cultura tem promovido actividades de animação para o desenvolvimento?
Sim? Não? quais?
34. O pelouro tem alguma(s) actividade(s) particularmente dirigidas aos jovens? Quais?

Conclusão

35. Em termos pessoais, pode perguntar-se que aprendizagens lhe trouxeram estes anos relativamente ao sentido e actividades da cultura no quadro das autarquias?
36. Que pedidos de apoio ou de actuação ficaram sem resposta?
37. Que recomendaria a quem iniciasse esta função?
Alguma formação ou preparação?
38. Se houvesse de formular com plena liberdade (de verbas e decisão), um plano de actividades que linhas de actuação, que acções prioritárias?

